

A REFORMA AGRÁRIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PRÁTICAS E DESAFIOS NO CONTEXTO DE BARRAS – PI <https://doi.org/10.63330/aurumpub.008-013>**Noé da Silva Carvalho**

Possui especialização em Geografia Regional Brasileira pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ao Mundo do Trabalho, além de Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ambas pela UFPI

Mestrando da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Pró – Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia – Turma 14 (2024-2026)

E-mail: carvalhono614@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7750716456039484>

Francisco Welton Machado

Especialista em desenvolvimento com o meio ambiente (2012-2014)

Mestrando da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Pró – Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia – Turma 14 (2024-2026)

E-mail: wmachado-2011@hotmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3652789785115922>

Edson Osterne da Silva Santos

Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (CEAD/UFPI/SEB/MEC)

Mestrando da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Pró – Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia – Turma 14 (2024-2026)

E-mail: Edsonosterne23@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4318087538278709>

Kennedy José Alves da Silva

Especialista em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (2012), Ensino de Sociologia para o Ensino Médio pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, 2016) e Ciências da Natureza, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela UFPI (2022)

Mestrando da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Pró – Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG), do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) e da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia – Turma 14 (2024-2026)

E-mail: profkjose@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6486047277790904>



Raimundo Lenilde de Araújo

Pós-doutoramento (2024, IGOT/ULISBOA). Doutor em Educação Brasileira e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Especialista em Ensino de Geografia e Graduado em Geografia - Licenciatura (UECE). É professor Efetivo, Classe Associado III, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com atividade profissional no curso de Licenciatura em Geografia (Graduação), no Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado/UFPI
E-mail: raimundolenilde@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7741473553613369>

Kaique Marlen da Conceição

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: kaiquemarlen87@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9041722079548251>

Ruan Gabriel Linhares Chaves

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: ruangabriellinhares75@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0938924424844344>

José Manoel Morais Silva

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão
E-mail: josemanoelcx14@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8297487088103418>

RESUMO

O Brasil apresenta uma das maiores desigualdades fundiárias do mundo, refletida na concentração de terras e nos conflitos sociais relacionados. A presente pesquisa investiga como o tema da reforma agrária é abordado no ensino de Geografia no município de Barras-PI, considerando a importância desse tema para uma formação crítica e cidadã. O objetivo principal foi analisar as práticas pedagógicas e os materiais didáticos utilizados no ensino de Geografia, avaliando como eles promovem reflexões críticas sobre a realidade local e contribuem para a compreensão da reforma agrária pelos estudantes. A metodologia adotou uma abordagem mista, incluindo pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários a professores de Geografia do ensino fundamental (anos finais) em escolas localizadas na zona rural, além da análise dos livros didáticos utilizados. Os resultados apontaram desafios significativos, como a superficialidade dos conteúdos nos livros didáticos, a falta de formação específica sobre o tema e o uso predominante de metodologias tradicionais. Apesar disso, práticas complementares, como debates e visitas a assentamentos, destacaram-se como estratégias para conectar os alunos à realidade local e promover o engajamento com o tema. Concluiu-se que, embora existam barreiras estruturais e pedagógicas, há potencial para aprimorar o ensino da reforma agrária por meio de investimentos na formação docente, adoção de materiais didáticos contextualizados e diversificação das metodologias. Essas mudanças podem fortalecer o papel transformador do ensino de Geografia na formação de cidadãos críticos e engajados.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Reforma agrária; Prática docente; Livro didático.



1 INTRODUÇÃO

O Brasil é amplamente reconhecido como um dos países mais desiguais do mundo, e essa desigualdade é uma marca estrutural de sua realidade. Ela se manifesta de diversas formas, como na acentuada concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população, na concentração fundiária, na violência, no déficit habitacional, na fome e em muitas outras situações que refletem a disparidade social e econômica do país.

Stédile (1997) ressalta que a distribuição de terras no Brasil, iniciada no período colonial com as capitanias hereditárias e o sistema de sesmarias, e consolidada pela promulgação da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601), é a base estrutural do subdesenvolvimento, das desigualdades sociais, da pobreza e das diversas formas de exclusão que marcam a sociedade brasileira.

Enquanto os países atualmente considerados desenvolvidos, como os da Europa e os Estados Unidos, adotaram um caminho oposto, o acesso à terra foi mais democrático. Stédile (1997) destaca que, no caso dos Estados Unidos, bastava que cada família ocupasse e cultivasse a terra para garantir o direito à posse, com uma limitação de até 100 acres por família.

De acordo com Veiga (1981), “[...] a modificação da estrutura agrária de um país, ou região com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola é a definição mais usual de reforma agrária”. Nesse sentido, quando plenamente aplicada, a reforma agrária se apresenta como um instrumento com potencial para enfrentar e superar as desigualdades e injustiças sociais no Brasil.

A Geografia, enquanto disciplina crítica e de papel transformador, deve abordar esse tema de maneira aprofundada, promovendo uma visão mais crítica entre os alunos. Isso permite que eles compreendam a importância e o papel de uma reforma agrária efetiva como instrumento para romper com desigualdades e enfrentar questões sociais. Penteado (2010) afirma que a Geografia desempenha um papel fundamental na formação de um cidadão crítico, pois ajuda na compreensão da sociedade em que vive, no reconhecimento de si mesmo como agente social e na identificação e entendimento dos processos que influenciam e direcionam a organização social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecem as diretrizes para o ensino nas escolas de educação básica no Brasil, definindo conteúdos e abordagens pedagógicas para diversas disciplinas. No que se refere à Geografia, os PCNs apresentam no eixo temático III, chamado de "O Campo e a Cidade como Formações Socioespaciais", diretrizes para a abordagem da reforma agrária, na tentativa de promover uma reflexão sobre as relações entre os espaços rurais e urbanos e suas transformações ao longo da história. Enquanto, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não trata a reforma agrária como um tema específico, mas incorpora questões relacionadas no contexto da educação para a cidadania e do desenvolvimento sustentável.



Nesse contexto, a presente pesquisa busca investigar como a reforma agrária e seus reflexos nos assentamentos rurais são abordados no ensino de Geografia em Barras-PI. Esse município, é marcado por um histórico de diversos conflitos pela posse da terra, no século XXI conta com 39 assentamentos rurais. No entanto, observa-se pouca evolução e êxito nos projetos desenvolvidos na região. Assim, espera-se que o professor de Geografia, na medida do possível conforme seu papel crítico, contextualize os problemas da realidade dos alunos e explore esse tema de forma aprofundada, promovendo uma reflexão mais consistente e transformadora. No entanto, é notório destacar que não cabe aos professores serem os únicos a terem essa responsabilidade.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar como o tema da reforma agrária é abordado no ensino de Geografia no município de Barras-PI, com ênfase na utilização de materiais didáticos e nas práticas docentes. Os objetivos específicos da pesquisa foram: (I) Identificar as práticas pedagógicas dos professores de Geografia; (II) Examinar a qualidade e a contextualização dos materiais didáticos. Essa análise busca compreender de que maneira os professores de Geografia do município contextualizam a realidade local, e como isso é refletido no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a pesquisa também procura identificar as limitações e potencialidades dos materiais didáticos utilizados, bem como a postura crítica adotada pelos docentes ao tratar de questões sociais e espaciais ligadas à reforma agrária.

Dessa forma, a pesquisa é de grande relevância, considerando o histórico de desigualdade fundiária no Brasil, que se reflete em diversas esferas sociais e econômicas. O país apresenta uma das maiores concentrações de terras do mundo, o que gera conflitos e perpetua a pobreza em muitas regiões, especialmente em áreas rurais como Barras. Espera-se, dessa forma, contribuir para uma prática pedagógica mais significativa, no contexto em questão, capaz de despertar nos alunos uma visão crítica sobre a realidade em que vivem e o papel transformador da reforma agrária no combate às desigualdades e injustiças sociais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa apresenta um caráter descritivo e exploratório, fundamentada em uma abordagem que integra métodos qualitativos e quantitativos. Foi complementada pelo uso de técnicas de coleta de dados, com destaque para a pesquisa bibliográfica. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já publicados, abrangendo fontes como livros, revistas, artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, materiais cartográficos e conteúdo da internet. Isso permitiu um embasamento teórico mais consistente.

Também foram aplicados questionários a seis professores de Geografia que lecionam no ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano) em escolas localizadas na zona rural de Barras-PI. Dentre essas escolas, quatro estão localizadas em assentamentos oriundos da reforma agrária. Os questionários foram



elaborados com o objetivo de compreender como os professores de Geografia abordam o tema da reforma agrária em suas práticas pedagógicas, além de identificar os desafios enfrentados e as estratégias adotadas no ensino em áreas rurais. As perguntas buscaram explorar aspectos relevantes, como a formação docente, os métodos utilizados em sala de aula e os recursos disponíveis. Entre as questões estavam: como os professores avaliam sua formação para tratar de temas relacionados à reforma agrária, de que maneira abordam essa temática em suas aulas e se o livro didático utilizado inclui conteúdos sobre a reforma agrária.

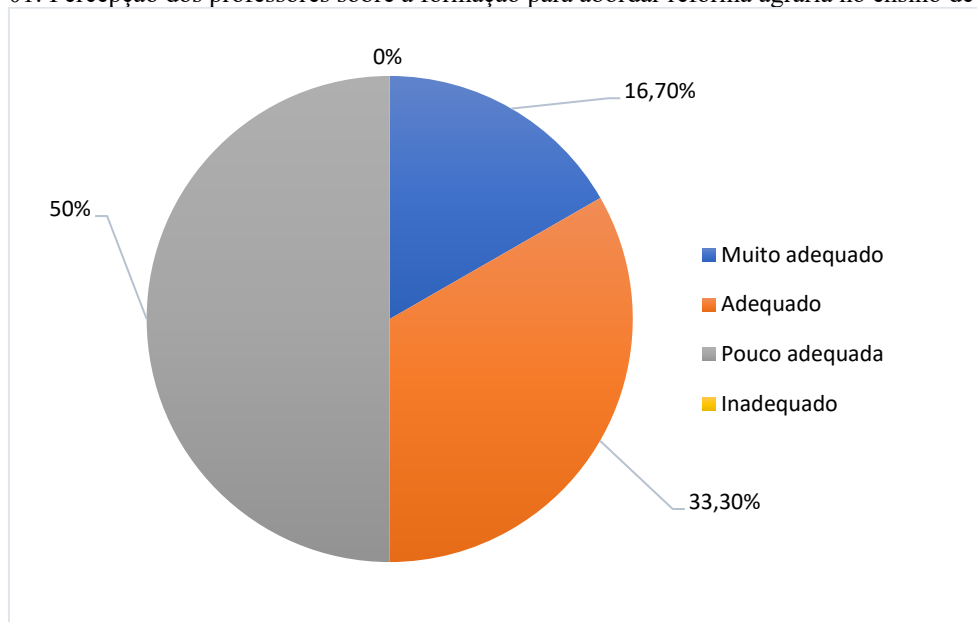
Além disso, foi realizada uma análise dos livros didáticos de Geografia utilizados no ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano) nas escolas investigadas. Identificou-se que a coleção adotada é a Jovem Sapiens, da Editora Scipione, organizada e editada por Bruna Migotto Barbieri Estruzani. Por meio dessa análise buscou compreender como o tema Reforma Agrária é abordado nesses materiais, avaliando a profundidade do conteúdo e sua relação com a realidade dos alunos da zona rural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PRÁTICAS DOCENTES E A REFORMA AGRÁRIA

Os dados coletados por meio do questionário aplicado a seis professores de Geografia que atuam no ensino fundamental (anos finais) em Barras-PI revelaram informações sobre a formação docente, práticas pedagógicas e desafios no ensino do tema da reforma agrária. Metade dos professores possui licenciatura em Geografia, enquanto a outra metade complementou sua formação com pós-graduação na área. Essa formação é importante, mas, mesmo assim, a avaliação dos próprios docentes quanto à preparação para abordar o tema reforma agrária é moderada. Enquanto 50% consideram sua formação "pouco adequada", 33,3% a classificam como "adequada", e apenas 16,7% como "muito adequada". Conforme indicado no gráfico 1.

Gráfico 01: Percepção dos professores sobre a formação para abordar reforma agrária no ensino de geografia



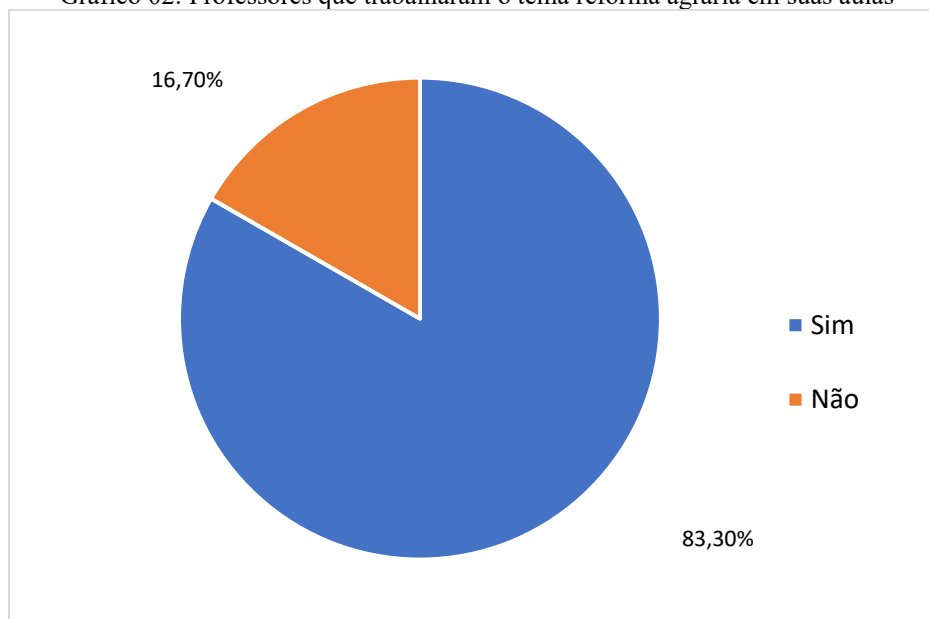
Fonte: autor (2024)

Os dados mostram que, embora nenhum professor considere sua formação totalmente inadequada para ensinar sobre reforma agrária, 50% a consideram pouco adequada e apenas 16,7% a veem como muito adequada. Isso indica fragilidades na formação inicial e continuada, sugerindo a necessidade de mais investimento na inclusão desse tema nos currículos e em práticas pedagógicas.

Em síntese, indica que essas informações demonstram que, embora haja uma formação básica na área, pode faltar aprofundamento específico no tema da reforma agrária. Menezes e Kaercher (2015) destacam que o professor, enquanto agente social e promotor de mudanças, necessita de uma formação que o capacite a lidar com um mundo em constante globalização e repleto de questões complexas e diversificadas. Embora se reconheça a importância da formação do professor como agente social e promotor de mudanças, é crucial questionar se essa capacitação realmente é suficiente para enfrentar a complexidade do mundo globalizado. A formação deve ir além do básico, abordando de forma profunda as diversas questões contemporâneas. É consenso que a preparação é fundamental, mas também é necessário garantir que essa formação seja robusta e prática.

Durante a segunda pergunta, dos seis professores questionados, um (16,7%) respondeu que nunca abordou o tema reforma agrária em sala de aula. A omissão, negligência ou o simples ato de “pular” um assunto tão importante para a compreensão da nossa realidade pode perpetuar uma lacuna de conhecimento na vida do aluno, gerando prejuízos futuros em eventuais exames, além de limitar a visão crítica do contexto no qual está inserido. Conforme indicado no gráfico 2.

Gráfico 02: Professores que trabalharam o tema reforma agrária em suas aulas



Fonte: autor (2024)

Um professor de Geografia deve ter a habilidade de conectar os conteúdos da disciplina com acontecimentos da realidade e da atualidade. Essa habilidade pode, sem dúvida, transformar a maneira como o aluno percebe a Geografia, tanto como disciplina escolar quanto como forma de compreender o mundo. Por outro lado, a ausência ou a negação de determinados conteúdos pode comprometer a formação de uma geração inteira de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. Kimura (2008) ressalta que é fundamental que o ensino do saber geográfico seja desenvolvido de forma contextualizada, oferecendo ao aluno diferentes perspectivas sobre uma questão específica e propondo problemas para serem analisados.

Em termos de práticas pedagógicas, 83,3% dos professores utilizam aulas expositivas e promovem debates ou rodas de conversa para abordar o tema, e 50% complementam com a análise de casos locais, especialmente relacionados aos assentamentos de reforma agrária da região. Essas estratégias mostram que há esforços para contextualizar o conteúdo ao cotidiano dos alunos, mas a predominância de metodologias tradicionais, como aulas expositivas, indica a necessidade de diversificar as abordagens para proporcionar maior engajamento e participação ativa dos estudantes. Libâneo (2008), enfatiza que o ensino tradicional, baseado exclusivamente na transmissão verbalista de informações e na aprendizagem como simples acúmulo de conhecimentos, já não é suficiente. É fundamental que o professor atue como mediador, promovendo uma relação ativa entre o aluno e o conteúdo abordado. Esse processo deve considerar as experiências, os significados trazidos pelos alunos, assim como seu potencial cognitivo, capacidades, interesses e formas de pensar e trabalhar.

Em relação aos materiais didáticos, 50% dos professores indicaram que os livros utilizados abordam o tema de forma superficial, enquanto 33,3% afirmam que o tema não é tratado. Apenas 16,7% consideram

que os livros trazem conteúdos detalhados sobre a reforma agrária. Os professores responderam que essa limitação é parcialmente mitigada pelo uso de materiais complementares, como artigos e vídeos, que são utilizados por metade dos professores. Essa dependência de materiais extras aponta para a necessidade de aprimorar os livros didáticos adotados, tornando-os mais alinhados à realidade local e ao tema em questão. De acordo com Castellar e Vilhena (2010), o livro didático continua sendo um recurso essencial no ensino, mas deve ser utilizado como apoio para enriquecer os conteúdos com outras atividades e textos. Assim, é importante que o professor compreenda seus objetivos pedagógicos e os relacione ao cotidiano, tornando a aprendizagem mais significativa.

De acordo com as respostas dos professores, 50% utilizaram o livro didático como principal recurso em suas aulas. Os demais dividiram-se igualmente entre materiais complementares, como artigos e vídeos (16,7%), atividades práticas, como visitas e debates (16,7%), e outros métodos não especificados (16,7%). Castellar e Vilhena (2010) destacam que, quando usado de forma inadequada, com foco apenas na memorização, o livro limita o potencial de aprofundamento e ampliação do conhecimento dos alunos.

Sobre o interesse dos alunos, 50% dos professores relatam que os estudantes demonstram envolvimento com o tema, mas também reconhecem que muitos possuem pouca familiaridade com a questão da reforma agrária. Essas informações apontam para a necessidade de contextualizar ainda mais o ensino, utilizando exemplos locais e promovendo atividades que conectem o conteúdo acadêmico às vivências dos alunos. A inclusão de visitas a assentamentos rurais, considerada importante por 100% dos professores, pode enriquecer de forma significativa o processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a aula de campo nesses espaços rurais se apresenta como uma alternativa altamente interessante para promover a contextualização dos conteúdos, especialmente porque os alunos estão diretamente inseridos nesse ambiente. Conforme Piaget (1993), o conhecimento é construído a partir da interação com o meio, o que reforça a importância da aula de campo como ferramenta para compreender tanto o ambiente quanto os conteúdos científicos, uma vez que estes estão intrinsecamente ligados ao espaço geográfico e às relações que nele se desenvolvem.

Os desafios apontados pelos docentes incluem a falta de materiais didáticos adequados (100%), o tempo insuficiente para trabalhar temas extracurriculares (33,3%), o desinteresse de alguns alunos (33,3%) e a ausência de formação específica sobre o tema (33,3%). Apesar dessas dificuldades, os professores responderam que reconhecem o potencial transformador do ensino sobre reforma agrária. Eles pontuaram que abordar esse tema estimula reflexões sobre as desigualdades sociais, conecta os conteúdos à realidade local e contribui para a formação cidadã dos alunos, esses aspectos foram considerados fundamentais por 83,3% dos professores.

Nesse cenário, a Geografia escolar assume um papel transformador ao contribuir para a formação crítica e cidadã. Para Esteves (2006), a geografia deve ultrapassar a memorização e localização de fatos

isolados, adotando a análise da realidade como ponto de partida. Essa abordagem possibilita aos estudantes compreender fenômenos mais complexos e distantes, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma capacidade crítica de análise.

3.2 ABORDAGEM DA REFORMA AGRÁRIA NOS LIVROS DIDÁTICOS

A rede municipal de educação de Barras-PI utiliza os livros de Geografia da coleção Jovem Sapiens, publicada pela Editora Scipione e organizada por Bruna Migotto Barbieri Estruzani. Essa coleção tem como objetivo alinhar-se às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abordando as habilidades e competências gerais previstas para cada etapa do ensino fundamental. No entanto, a análise do tratamento dado ao tema da reforma agrária nos volumes destinados aos anos finais (6º ao 9º ano) revela uma variação considerável na profundidade e na contextualização da abordagem. Conforma a figura 1.

Figura 1 – Livros da coleção PNLD Jovem Sapiens



Fonte: Editora Scipione (2024)

Para o 6º ano, o livro didático não aborda o tema da reforma agrária. Essa ausência pode ser compreensível dentro das diretrizes curriculares, mas reflete uma oportunidade perdida de introduzir, de forma simples e adaptada, conceitos fundamentais sobre a estrutura fundiária e o espaço rural. A introdução desse tema, ainda que de forma superficial, poderia preparar os alunos para discussões mais aprofundadas nos anos seguintes. De acordo com Vygotsky (1988), na perspectiva sociocultural, a formação de conceitos na educação ocorre por meio da interação entre os saberes cotidianos dos alunos e os conhecimentos sistematizados oferecidos pelo ambiente escolar. Dessa forma, no ensino de Geografia, é necessário adotar

uma abordagem sequencial e progressiva que respeite os contextos dos alunos e promova a conexão entre os conteúdos e a realidade vivenciada.

No 7º ano, o livro aborda a reforma agrária de forma moderada. O conteúdo apresentado inclui explicações sobre a estrutura fundiária brasileira, a concentração de terras e os impactos dessa realidade, como o desmatamento e os conflitos agrários. Além disso, são discutidos os movimentos sociais, como o MST, e ações governamentais relacionadas à reforma agrária. As atividades propostas incentivam debates e reflexões, conectando o tema a problemas concretos, como a desigualdade fundiária e o subaproveitamento das terras. Apesar dessa abordagem, o conteúdo carece de maior aprofundamento crítico e histórico, limitando-se a uma exposição básica dos fatos.

A inclusão de gráficos, como a distribuição de estabelecimentos rurais por tamanho, pode ser considerada um ponto positivo, pois fornece dados concretos para análise. Contudo, a ausência de atividades práticas que promovam maior interação com a realidade local, como visitas a assentamentos rurais ou estudos de caso específicos, podem limitar o engajamento dos alunos. Nesse sentido, Santos (1996) destaca a importância de promover uma compreensão crítica das relações entre sociedade e espaço, considerando fatores como cultura, economia, política e meio ambiente. O autor defende a superação de abordagens descritivas na Geografia, enfatizando a análise das desigualdades socioespaciais, das relações de poder e das dinâmicas urbanas e rurais, com o objetivo de estimular os alunos a compreender o impacto desses aspectos em suas vidas e comunidades.

No 8º ano, o livro aborda o tema reforma agrária dentro do contexto histórico e geopolítico da Revolução Cubana, sendo mencionado como uma das ações transformadoras realizadas pelo governo socialista após 1959. O conteúdo discute, de forma breve, como a má distribuição de terras gerou movimentos sociais que demandaram a reforma agrária em países da América Latina, incluindo o Brasil. Além disso, há uma proposta de contextualização, incentivando os alunos a identificarem assentamentos rurais em sua região.

Essa abordagem apresenta um viés interessante ao conectar o tema a um contexto internacional, mas carece de uma análise mais aprofundada sobre as especificidades brasileiras e os desafios contemporâneos da reforma agrária no país. Para Ferreira (2023), uma organização adequada do ensino de Geografia contribui para que os estudantes compreendam as interações entre o global e o local, bem como as desigualdades socioeconômicas e os processos de globalização que impactam diferentes regiões do mundo.

No 9º ano, o livro não aborda o tema da reforma agrária, uma vez que a BNCC também não prevê sua inclusão nessa série. No entanto, essa ausência representa uma oportunidade perdida de retomar e aprofundar discussões sobre o tema, uma vez que os alunos estão mais preparados para reflexões críticas e complexas. O processo de assimilação e retenção de conteúdo é contínuo, nesse sentido, Kimura (2008) destaca que a aprendizagem facilita a assimilação de novas informações, pois estas se integram a um mundo



em constante construção no ser humano, servindo como referência para futuras incorporações. Esse processo ocorre de forma ativa, na interação entre o indivíduo e o ambiente.

4 CONCLUSÃO

A reforma agrária, apesar de sua importância como tema social e político, ainda encontra algumas barreiras para ser devidamente incorporada ao ensino de Geografia no ensino fundamental nos anos finais no município de Barras-PI. A pesquisa revelou que os professores enfrentam desafios como a ausência de materiais didáticos específicos, falta de tempo para tratar temas extracurriculares, limitações na formação docente e materiais didáticos pouco adequados às especificidades e ao cotidiano dos alunos. Apesar disso, destaca-se o esforço dos professores que buscam contextualizar o tema utilizando metodologias complementares e atividades que conectam o conteúdo à realidade dos alunos.

O objetivo da pesquisa, que visou analisar como a reforma agrária é abordada no ensino de Geografia, foi alcançado ao identificar tanto as potencialidades quanto as lacunas nas práticas pedagógicas e nos materiais utilizados. Os achados mostram que, enquanto algumas práticas pedagógicas conseguem despertar reflexões críticas, a predominância de metodologias tradicionais pode limitar o engajamento dos estudantes. Além disso, a superficialidade do tema nos livros didáticos utilizados nas escolas investigadas mostra a necessidade de adaptações que promovam maior profundidade e conexão com a realidade local.

O estudo revelou também que a ausência de conteúdos sobre reforma agrária em algumas séries, como no 6º e 9º anos, representa uma oportunidade perdida de preparar os estudantes para discussões mais amplas e críticas. No entanto, as práticas complementares realizadas pelos professores, como rodas de conversa e visitas a assentamentos rurais, demonstram o potencial desse tema no desenvolvimento de uma visão cidadã e crítica nos alunos.

Em suma, o ensino de Geografia em Barras-PI apresenta limitações estruturais e pedagógicas que precisam ser superadas para que o tema reforma agrária seja abordado de maneira significativa e transformadora. Para isso, é necessário investir na formação docente continuada, na adoção de materiais didáticos mais contextualizados e na ampliação do uso de metodologias ativas, que promovam a interação dos alunos com sua realidade. Desse modo, o ensino de Geografia poderá contribuir de forma mais efetiva para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender as desigualdades socioespaciais e atuar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella e VILHENA, Jerusa. Ensino de geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
- EDITORA SPICIONE. Coleção Jovem Sapiens: Geografia. 2024. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/colecao/jovem-sapiens-objeto-1-pnld-2024-anos-finais-ensino-fundamental/>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- ESTEVES, Maria Helena. Ensinar a “cidade” no ensino básico. Finisterra, XLI, 81, p 205-213, 2006.
- FERREIRA, Mariele Silva. Educação Geográfica nos anos iniciais do ensino fundamental: relatos e experiências na Escola Herman Lundgren. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape, 2023.
- KIMURA, Shoko. Geografia no Ensino Básico. São Paulo, Editora Contexto, 2008.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática e Epistemologia: para além do debate entre a didática e as didáticas específicas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina (Org.). Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008. P. 59-88.
- MENEZES, Victória Sabbado; KAERCHER, Nestor André. A formação docente em Geografia: por uma mudança de paradigma científico. Giramundo, Rio de Janeiro, v. 2, nº 4, p. 47-59, jul./dez. 2015.
- PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo: Cortez, 2010.
- PIAGET, Jean. A representação do espaço geográfico na criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997.
- VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- VYGOTSKY, Lev. Linguagem e desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: ícone/Edusp, 1988.